

Cenário da divulgação das Práticas Administrativas em Acessibilidade e Internacionalização nas Universidades das Regiões Sul e Sudeste

Scenario for the dissemination of Administrative Practices in Accessibility and Internationalization at Brazilian Universities in the South and Southeast Regions

Milene Gehling Liska¹ e Márcia Barros de Sales²

^{1,2}Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC

Como citar: Liska, M. G. & Sales, M. B. (2024). Cenário das Práticas Administrativas em Acessibilidade e Internacionalização nas Universidades das Regiões Sul e Sudeste. *Connection Scientific Journal*, 6(1), 57-74. <https://doi.org/10.51146/csj.v6i1.79>

Recebido em: 2024-04-23. **Aceite em:** 2022-09-14. **Publicado em:** 2022-09-28.



Resumo

Este artigo objetiva mapear as práticas administrativas referentes à acessibilidade e à internacionalização, divulgadas nos *sites* das Instituições de Ensino Superior (IES) contempladas no edital CAPES-PrInt 2017. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, caracterizando-se como descritiva e exploratória, que foi conduzido por meio de análise documental. A amostra intencional e não-probabilística compreendeu as dezesseis IES das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Entre os resultados obtidos, em 14 IES da amostra, foram identificadas 52 práticas administrativas em acessibilidade, tais como: políticas, plano de ação, projetos de pesquisa, laboratórios de pesquisa e de tecnologias assistivas. Constatou-se, ainda, que, nos *sites* de 10 das 16 IES analisadas, não foram encontradas nenhum tipo de divulgação de práticas em Internacionalização.

Palavras-chave: práticas administrativas, administração universitária, acessibilidade, Internacionalização, CAPES-PrInt

Abstract

The aim of this article is to map the management practices relating to accessibility and internationalization, published on the websites of the Higher Education Institutions (HEIs) included in the CAPES-PrInt call for proposals (2017). This is a study with a qualitative approach, characterized as descriptive and exploratory, which was conducted through documentary analysis. The intentional and non-probabilistic sample comprised 16 HEIs in the South and Southeast regions of Brazil. Among the results obtained, 52 accessibility management practices were identified in 14 HEIs from the sample, such as: policies, action plans, research projects, research laboratories and assistive technology laboratories. It was also found that the websites of 10 HEIs among the 16 HEIs analyzed did not disclose any internationalization practices.

Keywords: management practices, university administration, accessibility, internationalization, CAPES-PrInt.

A gestão universitária “pode ser definida como um campo científico [...] cujo objeto de estudo são as organizações de educação superior, universitárias ou não” (Schlickmann, 2013, p. 52). Gomes *et al.* (2013) acredita que a gestão se tornou um instrumento importante para os administradores nas tomadas de decisões, com impacto positivo ou negativo nos resultados.

Na visão de Silva *et al.* (2013), as IES não estão habituadas com a atividade de planejamento, sendo setores sensíveis a políticas de governo e situação de mercado. Tal condição começou a mudar com a promulgação da Lei nº 10.861 (2004), a partir da qual as IES foram obrigadas a elaborar um documento de planejamento denominado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para posteriormente serem avaliadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Em complemento, Gomes *et al.* (2013) esclarecem que os processos de avaliação do MEC colocam a IES em posição de visibilidade, por meio de *rankings* específicos e outras formas de inferência, devendo receber especial atenção dos gestores que almejam uma instituição de excelência e reconhecida pela comunidade científica e pela sociedade, nacional e internacionalmente.

Alguns autores (Botelho *et al.*, 2023; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2017) afirmam que os programas de pós-graduação são avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, os cursos de graduação, pelo INEP, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Os resultados dessas avaliações possibilitam avaliar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social das IES, bem como formular, dimensionar e redimensionar suas políticas públicas.

Quando se refere à acessibilidade, ela se constitui de relevantes indicadores do SINAES para avaliar os Cursos de Graduação (INEP, 2013). Já a internacionalização, tem critérios de avaliação adotados pela CAPES (2020).

Nesse contexto, acessibilidade e internacionalização constituem relevantes indicadores para o SINAES (INEP, 2017), tanto no reconhecimento e na renovação de reconhecimento de cursos de graduação quanto nos casos de cadastramento e recadastramento institucional.

No Brasil, as questões de acessibilidade como premissa de projetos arquitetônicos inclusivos têm destacado nas universidades a função social do espaço construído, com vistas a atender à normatização legal dessa área (Liska *et al.*, 2023). Desse modo, além de ser utilizada como critério de avaliação da educação superior, a prática de acessibilidade é incentivada como política pelas IES (INEP, 2013).

Sob o ponto de vista de Dias e Nunes (2017), a internacionalização é outro tema cuja prática é incentivada como política e considerada critério de avaliação da educação superior. Para Stallivieri (2002), a internacionalização das IES tem estimulado o crescimento da qualidade do ensino e da pesquisa, efetivando-se por meio de diferentes formas de cooperação.

Diante do exposto, este estudo objetiva mapear as práticas de administrativas¹ referentes à acessibilidade e à internacionalização, divulgadas nos *sites* das IES das regiões Sul e Sudeste contempladas no edital CAPES-PrInt² 2017.

Acessibilidade no Ensino Superior

A Lei nº. 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão, instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos para as pessoas com deficiência, garantindo a sua inclusão social e cidadania. Define, ainda, no inciso I do artigo 3º, a acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, [...] por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida” (Lei nº. 13.146, 2015, s/p).

Já em seu artigo 2º, a mesma lei descreve a pessoa com deficiência como a que possui um impedimento de longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, ao interagir com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua plena participação na sociedade. Define, no inciso IV do artigo 3º, as possíveis barreiras:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança [...] (Lei nº. 13.146, 2015).

Tais limitantes podem ser: urbanísticas; arquitetônicas; nos transportes; nas comunicações e informações; atitudinais e tecnológicas. E podem dificultar ou impedir que o acesso, a mobilidade e a inclusão da pessoa com deficiência sejam consideradas e atendidas nas organizações e nos espaços públicos ou privados (Lei nº. 13.146, 2015).

Adicionalmente, compreende que esses impedimentos convergem com a visão de classificação apresentada por Sasaki (2005), quando fala das seis dimensões da acessibilidade, sendo elas: 1. acessibilidade arquitetônica (sem barreiras físicas nos recintos internos e externos e nos transportes); 2. acessibilidade comunicacional (sem barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual); 3. acessibilidade metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo, ação comunitária e educação de filhos); 4. acessibilidade instrumental (sem barreiras nos instrumentos de estudo, atividades da vida diária, esporte e recreação); 5. acessibilidade programática (sem

1 Entende-se “prática administrativa” como as “sequências de ações articuladas dos administradores, com sentido objetivo no contexto organizacional, para organizar, planejar, dirigir e controlar as práticas (o trabalho e as rotinas) das pessoas administradas” (Nascimento, 2008, p. 5). Neste trabalho, considerou-se práticas de administrativas: políticas, planos de ação, projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, grupos de estudos, laboratórios de pesquisa, entre outros.

2 Lançado em 2017, o CAPES-PrInt é o Programa Institucional de Internacionalização da CAPES que tem como principal objetivo “fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições atendidas, nas áreas do conhecimento por elas priorizadas” (CAPES, 2022a, s/p).

barreiras invisíveis em regulamentos e normas em geral); e 6. acessibilidade atitudinal (por meio de programas e práticas de sensibilização e conscientização das pessoas em geral, resultando em quebra de preconceitos, estereótipos e discriminações).

Como resultado da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que mais de 17 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência (IBGE, 2021). Já segundo o Censo da Educação Superior de 2021, houve um aumento gradativo no número de estudantes com deficiência matriculados na graduação, passando de 22.367 matrículas em 2011 para 63.404 matrículas em 2021. Também foi divulgado o número de matrículas em cursos de graduação por tipo de deficiência, com destaque para deficiência física e baixa visão, que juntas correspondem a mais de 40.000 matrículas (INEP, 2022).

Assim, a acessibilidade apresenta progressivo reconhecimento dentro das IES, pois na educação superior o debate sobre a temática “se inscreve na discussão mais ampla do direito de todos à educação e na igualdade de oportunidades de acesso e permanência, com sucesso, nessa etapa de ensino” (INEP, 2013, p. 4).

Internacionalização no Ensino Superior

A internacionalização, que não é fato recente no ensino superior, tem-se intensificado nas últimas décadas, sendo institucionalizada gradativamente nas estruturas e nos instrumentos de planejamento das IES (Teixeira *et al.*, 2021). Esse pensamento corrobora o de Stallivieri (2017), para quem “a internacionalização tem assumido grande destaque no final do século XX, impulsionada fortemente pelo fenômeno da globalização” (p. 16).

Na visão de Baranzeli *et al.* (2020), o conceito de internacionalização envolve a integração da dimensão internacional e intercultural no ensino, pesquisa e extensão, em todas as políticas de gestão acadêmica, com o objetivo de ser assumida como missão da universidade.

Quanto à internacionalização nas IES brasileiras, Teixeira *et al.* (2021) argumenta que o processo é liderado pelas universidades públicas, tanto pelo protagonismo nas parcerias internacionais como na mobilidade acadêmica. Não obstante, “a internacionalização ocorre por ações pontuais em vez de um processo com objetivos, metas e controle definidos” (Teixeira *et al.*, 2021, p. 816).

O referido autor entende que a internacionalização da ciência brasileira se caracteriza como um modelo periférico, assimétrico e heterogêneo. O modelo periférico refere-se às ações centradas nos programas de pós-graduação (PPGs) e não nas instituições como um todo; a assimetria evidencia-se pela coexistência de PPGs com graus distintos de internacionalização; e a heterogeneidade pela presença de ações de naturezas distintas.

Na compreensão de Dias e Nunes (2017), existe um progressivo incentivo para que as IES realizem acordos internacionais, os quais são importantes para o relacionamento intercultural e para a formação profissional, elencando como as três principais políticas de internacionalização: 1) os programas de intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação; 2) os programas de desenvolvimento de pesquisa interuniversitária; e 3) os programas de formação de recursos humanos (que recebem professores estrangeiros e apoiam a inserção de professores brasileiros em renomadas Instituições no exterior).

Na avaliação do SINAES (INEP, 2017), a internacionalização constitui indicadores como: ações de estímulo e difusão de publicações científicas, política institucional de internacionalização articulada com o PDI e convênios internacionais de ensino e mobilidade docente e discente, entre outros.

No entendimento de Stallivieri (2017), a mobilidade acadêmica se sobressai dentre as estratégias de internacionalização e influencia diretamente a internacionalização curricular, “uma vez que promove a inserção de autores e de conteúdos internacionais compatíveis com a qualidade do ensino oferecido pelas instituições parceiras” (p. 118). Para a referida autora, é com isso que se atinge a qualidade acadêmica, pois “as instituições garantem a qualidade de sua infraestrutura, de seus programas, de seu corpo docente e de suas atividades, com o objetivo de participar com grande representatividade no cenário da educação mundial” (p. 119).

Além disso, a mobilidade acadêmica fortalece os vínculos transnacionais ao estabelecer conexões e formar redes de saber universal, para os quais cita como exemplo a proposição de programas de pesquisa entre países, como o CAPES-PrInt (Liska *et al.*, 2023; Stallivieri, 2017). Stallivieri (2017) acredita que “o grande desafio para o ensino superior é formar cidadãos globais preparados para interagir em ambientes multiculturais” (p. 32).

O Programa Institucional de Internacionalização da CAPES - PrInt

No âmbito da Educação Superior brasileira, a CAPES financia um conjunto de ações e programas que visam fomentar o processo de internacionalização nas IES [...], bem como concede bolsas e auxílios para estudantes e docentes realizarem estudos e pesquisas no exterior (Morosini *et al.*, 2023, p. 5).

Entre esses programas, destaca-se o Programa Institucional de Internacionalização – PrInt (CAPES, 2020). Sob o ponto de vista de Liska *et al.* (2023), o CAPES-PrInt seleciona, por meio de edital, Projetos Institucionais de Internacionalização de IES e Institutos de Pesquisa, a serem contemplados com recursos financeiros para bolsas, missão de trabalho no exterior, manutenção de projetos e ações internacionais.

O Edital nº 41/2017 foi o único publicado e “previa a seleção de quarenta projetos de internacionalização” (Costa, 2022, p. 27). Para participarem do Edital nº 41/2017 do CAPES-PrInt, as IES e tinham que submeter um Projeto Institucional de Internacionalização (PII); ter ao menos 4 PPGs *stricto sensu* recomendados pela CAPES nas avaliações de 2013 e 2017; e ter um Plano Institucional de Internacionalização que abrangesse o PII proposto (Costa, 2022).

Nesse PII deveriam constar: “as estratégias que consolidassem as parcerias existentes e a busca por novas; a atração de discentes estrangeiros, docentes e pesquisadores com experiência internacional para períodos de atuação no Brasil; a preparação de docentes e discentes para o período no exterior e para a disseminação do conhecimento e experiência adquiridos no exterior” (Morosini *et al.*, 2023, p. 6).

Costa (2022) acrescenta que após a avaliação dos requisitos exigidos no Edital nº 41/2017, foram selecionadas 36 instituições em todo o Brasil, das quais 28 “são instituições públicas de Ensino Superior, sendo 24 federais e 4 estaduais, que representam cerca de 78% das instituições aprovadas” (p. 29).

Na afirmação de Stallivieri (2018), o Brasil se destacou nas últimas décadas pelo desenvolvimento de políticas voltadas à ampliação de oportunidades tanto na graduação quanto na pós-graduação, porém sua

produção científica tem oscilado negativamente. No índice de inovação global, passou da 47ª posição em 2011 para a 69ª em 2016, perdendo para países como Costa Rica, México, Uruguai, Chile e Colômbia.

De acordo com essa autora, são cinco principais indicadores de internacionalização dos *rankings* internacionais: 1) proporção de discentes internacionais para nacionais; 2) melhor corpo docente (proporção de pessoal internacional); 3) proporção de publicações em coautoria internacional; e 5) quantidade de citações internacionais por docente (Stallivieri, 2018).

No entendimento de Morosini (2011), “a pesquisa e a pós-graduação são avaliadas pelo grau de internacionalização dos seus programas e de suas produções” (p. 97). De acordo com o resultado da avaliação dos programas de pós-graduação do quadriênio 2017-2020, e considerando os graus que indicam a internacionalização, somente 261 programas atingiram o grau sete e 410 programas atingiram o grau seis, de um total de 4.512 programas (CAPES, 2022b).

Já dentre as instituições públicas federais, dos 237 programas que atingiram o grau seis, 72,99% concentram-se nas regiões Sul e Sudeste e 84,24% dentre os 146 com grau sete (CAPES, 2022a), o que justifica o recorte do presente estudo. Dentre muitos quesitos, essa pontuação é sumamente importante para aprovação no programa, em conjunto com a avaliação dos itens referentes à infraestrutura física, que englobam as questões de acessibilidade.

Metodologia

Quanto à metodologia, a pesquisa é de abordagem qualitativa. Pelos objetivos do estudo, entende-se que se caracteriza como descritiva e exploratória, uma vez que busca aprofundamento e maior familiaridade com o tema. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo essencial “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (p. 42).

Como caminho metodológico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em busca de referências sobre os temas: “gestão universitária” e “avaliação do ensino superior”, “acessibilidade no ensino superior”, “internacionalização” e “CAPES-PrInt”. Foram consultadas as bases de dados Scopus, Web of Science e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e analisadas as publicações científicas, bem como a legislação vigente e instrumentos de verificação (Liska et al., 2023, p. 6).

Após a pesquisa bibliográfica, foi delineado um recorte para a coleta de dados da pesquisa documental. De acordo com Silva e Menezes (2005), amostras intencionais são amostras não-probabilísticas em que são escolhidos casos para a amostra que representem o bom julgamento da amostra/universo. Neste estudo, de forma intencional, foram selecionadas 16 IES das regiões Sul e Sudeste do país contempladas no programa CAPES-PrInt (2017).

Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa documental trilha o mesmo caminho que a bibliográfica, porém recorre a fontes mais diversificadas e dispersas e sem tratamento analítico (jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, fotografias etc.). Assim, nesta investigação, a pesquisa documental se deu por meio da análise das publicações divulgadas nos *sites* institucionais destas 16 IES.

Foram consultados os *sites* institucionais das 16 IES da amostra, utilizando-se os seguintes descritores: “acessibilidade”, “internacionalização” e “grupo de pesquisa”. Para os casos de resultados numerosos ou em que não foram apresentados resultados, os descritores de busca foram substituídos por: “acessibilidade física”, “plano de internacionalização”, “grupo de pesquisa em acessibilidade” e “grupo de pesquisa em internacionalização”. Ainda assim, alguns resultados não foram encontrados (Liska et al., 2023, p. 7).

Esses *sites* foram acessados em dois momentos distintos: de 8 a 16 de agosto de 2023 e de 06 a 08 de março de 2024, para conferência de todas as informações neles disponibilizadas, além das análises dos dados coletados.

Análise e Discussão dos Resultados

Seguindo o recorte proposto, foram analisados os *sites* institucionais das 16 IES das regiões Sul e Sudeste aprovadas no Edital nº 41/2017 do CAPES-Print (CAPES, 2020), apresentadas por ordem alfabética no Figura 1.

Figura 1

Relação das IES das regiões Sul e Sudeste aprovadas no CAPES-Print (2017)

Sigla	Instituição de Ensino Superior / Instituto de Pesquisa
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEl	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

Nota: Adaptado de Edital 41/2017 - Resultado final de CAPES. 2020.

Da pesquisa documental nos sites dessas 16 IES resultaram dois cenários: 1º - práticas administrativas em acessibilidade e 2º - práticas administrativas em internacionalização, considerando a importância de como está sendo feita a divulgação dessas práticas e seus resultados para além das fronteiras das IES. No 1º cenário foram analisadas as informações publicadas nos sites institucionais dessas 16 IES para verificar a existência de práticas administrativas em acessibilidade. Dessas, 14 instituições publicaram práticas administrativas em acessibilidade, expostas por ordem alfabética das IES no Figura 2.

Figura 2*IES que divulgaram nos sites práticas administrativas em Acessibilidade*

IES	Práticas administrativas em Acessibilidade
1	<p data-bbox="304 268 1444 358">Plano de ação de acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações e digital</p> <p data-bbox="304 380 1013 414">Grupo Estudo e Pesquisa em Fundamentos da Educação Especial</p> <p data-bbox="304 436 1157 470">Grupo de pesquisa: Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional</p> <p data-bbox="304 492 1149 526">Grupo de pesquisa: Formação, Pesquisa-ação e Gestão em Educação Especial</p>
2	<p data-bbox="304 548 702 582">Projeto de Extensão: Sensibiliza UFF</p> <p data-bbox="304 604 1444 694">Programa Escola de Inclusão: Laboratório em Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (Labs-STEAM)</p> <p data-bbox="304 716 837 750">Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão</p> <p data-bbox="304 772 678 806">Plano de Acessibilidade e Inclusão</p>
3	<p data-bbox="304 828 1380 918">Projeto de pesquisa: o processo de inovação em educação para o Trânsito, Acessibilidade e Pronto-socorrimento de forma interdisciplinar</p> <p data-bbox="304 940 1372 1030">Projeto de pesquisa: Recurso para leitura e navegação em fórmulas matemáticas por pessoas com deficiência visual no contexto brasileiro (NavMatBR)</p> <p data-bbox="304 1052 1436 1142">Projeto de pesquisa: Mobile Accessibility: Estudo empírico para definir guidelines de acessibilidade para aplicações móveis baseadas na deficiência visual</p> <p data-bbox="304 1164 917 1198">Projeto de pesquisa: Legislação de Acessibilidade Digital</p> <p data-bbox="304 1220 1476 1310">Projeto de pesquisa: Caracterização da inserção dos aspectos de usabilidade e acessibilidade nos processos de desenvolvimento de recursos de Tecnologia Assistiva livres</p> <p data-bbox="304 1332 1324 1366">Projeto de pesquisa: Acessibilidade de aplicativos móveis para usuários com deficiência visual</p>
4	<p data-bbox="304 1411 1157 1444">Grupo de Pesquisa: Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades (AFETOS)</p>
5	<p data-bbox="304 1456 678 1489">Plano de Acessibilidade e Inclusão</p> <p data-bbox="304 1512 798 1545">Grupo de pesquisa: Tradução visual acessível</p> <p data-bbox="304 1568 1412 1657">Grupo de estudo e pesquisa sobre acessibilidade na educação superior: IFES e prática jurídica do MPF (GEPAES)</p> <p data-bbox="304 1680 1364 1713">Grupo de pesquisa: Núcleo Multidisciplinar em Ergonomia, Segurança e Acessibilidade (NUMESA)</p> <p data-bbox="304 1736 1125 1769">Laboratório de pesquisa: Laboratório de segurança e ergonomia (LABSERG)</p> <p data-bbox="304 1792 1252 1825">Projeto de extensão: Laboratório núcleo de tradução e acessibilidade visual (LANTRAV)</p>
6	<p data-bbox="304 1859 654 1892">Programa Incluir com Educação</p> <p data-bbox="304 1915 1021 1948">Projeto de extensão: UFPR Sem Barreiras – Incluir com Qualidade</p>

7	UFRGS	<p>Grupo de pesquisa: Acessibilidade em Ambientes Culturais</p> <p>Grupo de pesquisa: Acessibilidade textual – legibilidade e compreensão de leitura</p> <p>Grupo de pesquisa: Leitura, Informação e Acessibilidade (LEIA)</p> <p>Grupo de pesquisa: Com Acesso – Comunicação Acessível</p> <p>Projeto de extensão: Acessibilidade TT</p> <p>Projeto de extensão: Coragem</p>
8	UFRJ	<p>Fórum permanente UFRJ acessível e inclusiva – Câmara permanente de projetos e obras</p> <p>Grupo de Pesquisa Surdez & Acessibilidade: ensino, tradução e tecnologia.</p> <p>Projeto de extensão: Mapa Acessibilidade / Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE/UFRJ)</p> <p>Projeto de extensão: Surdos</p> <p>Projeto de extensão: Dosvox</p> <p>Grupo de pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Tecnologia Assistiva da UFRJ</p> <p>Grupo de pesquisa: Ambiente-Educação (GAE)</p> <p>Projetos de Pesquisa: Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade do Rio de Janeiro</p>
9	UFSC	<p>Projeto de extensão: CAE em Pauta</p> <p>Projeto de extensão: CAEnsina</p> <p>Projeto de extensão: Incluir-se</p> <p>Programa institucional de bolsas de promoção de acessibilidade PIBE</p> <p>Grupo de pesquisa multidisciplinar de ergonomia e acessibilidade do ambiente construído</p> <p>Grupo de Trabalho: Acessibilidade informacional</p>
10	UFSCar	<p>Grupo de pesquisa: IDEA</p> <p>Grupo de Trabalho Interdisciplinar (GTI): Acessibilidade</p>
11	UFSM	<p>Programa de extensão “Viva Criança: Ações Colaborativas em Rede Voltadas à Cronicidade e Deficiência na Infância”</p> <p>Projeto de extensão: transcrição de partituras em Braille</p> <p>Projeto de extensão: Encontro de Conversação em Língua Brasileira de Sinais</p>
12	UFU	<p>Grupo de Pesquisas em Estudos da Linguagem, Libras, Educação Especial e a Distância e Tecnologias (GPELET)</p>
13	UFV	<p>Laboratório de Acessibilidade (LAB-UPI)</p>
14	UNIFESP	<p>Política de Acessibilidade e Inclusão</p> <p>Grupo de pesquisa do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão de Estudantes com Deficiência</p>

Nota: Elaborado pelos autores.

Nesses 14 sites institucionais, foram encontradas 52 práticas administrativas referentes ao 1º cenário – Acessibilidade, indo ao encontro da discussão estabelecida no referencial teórico quanto à igualdade de

oportunidades de acesso e permanência na educação superior (INEP, 2013), atendimento à legislação vigente (Lei nº. 13.146, 2015) e aos indicadores de avaliação do SINAES (INEP, 2017), impactando no reconhecimento e na renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Na Tabela 1, as práticas que foram mapeadas, as IES que as divulgaram e a quantidade de práticas, apresentadas por ordem decrescente de quantidade.

Tabela 1

Mapeamento das 52 Práticas administrativas em Acessibilidade publicadas nos sites

Práticas administrativas em acessibilidade	IES que divulgaram	Quantidade
Grupos de pesquisa	UFES, UFMG, UFPel, UFRGS, UFRJ, UFSC, UFSCar, UFU e UNIFESP	18
Projetos de extensão	UFF, UFPel, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFSC e UFSM	13
Projetos de pesquisa	UFLA e UFRJ	7
Programas de acessibilidade	UFF, UFPR, UFSC e UFSM	4
Planos de acessibilidade	UFES, UFF e UFPel	3
Políticas de acessibilidade	UFF e UNIFESP	2
Grupos de trabalho	UFSC e UFSCar	2
Laboratórios	UFPel e UFV	2
Fórum permanente	UFRJ	1
Total de práticas		52

Nota: Elaborado pelos autores.

Destaca-se que em duas (2) das IES: FURG e UFABC, não foram encontradas práticas administrativas em acessibilidade divulgadas nos sites institucionais, durante a realização desta pesquisa.

Já no 2º cenário, foram analisadas as informações divulgadas nos mesmos sites para verificar a existência de práticas administrativas em internacionalização. Neste cenário, seis instituições publicaram práticas administrativas em internacionalização, apresentadas por ordem alfabética das IES, no Figura 3.

Figura 3

IES que divulgaram nos sites práticas administrativas em Internacionalização

IES	Práticas administrativas em Internacionalização
1 FURG	Grupo de pesquisa: A formação de ordens normativas no plano internacional
2 UFF	Grupo de Pesquisa e Extensão: Internacionalização e Desenvolvimento
3 UFLA	Programa de Internacionalização do Ensino Superior: Acolhimento a Imigrantes, Multilinguismo e (Inter) culturalidade crítica Projeto de pesquisa: A influência da presença estrangeira em economias emergentes: evidências do Brasil na exportação de tecnologia e na internacionalização
4 UFSC	Grupo de Estudos e Práticas Avançadas em Internacionalização Grupo de Pesquisa: Educação Multilinguismo Internacionalização Tecnologia Inglês Grupo de Pesquisa: Gestão, Negócios, Inovação. Internacionalização e Tecnologia Grupo de Estudos e Pesquisa em Internacionalização

5	UFSCar	Grupo de Pesquisa: Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior
6	UFU	Grupo de Pesquisa: Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES) Grupo de Estudos e Pesquisa: Alternativas em Relações Internacionais (GARI)

Nota: Elaborado pelos autores.

Referente ao 2º cenário - Internacionalização, foram encontradas, em seis sites da amostra analisada, 11 práticas administrativas em Internacionalização. O que corrobora com o entendimento de Teixeira (2021) de que internacionalização nas IES brasileiras ocorre por ações pontuais, sem um planejamento com objetivos e controle definidos, mesmo constituindo relevante indicador de avaliação tanto do SINAES (INEP, 2017) quanto da CAPES (CAPES, 2022a, 2022b; Costa, 2022; Morosini *et al.* 2023).

Na Tabela 2, as práticas em internacionalização que foram mapeadas, as IES e a quantidade dessas práticas publicadas, apresentadas por ordem decrescente de quantidade de práticas.

Tabela 2

Mapeamento das 11 Práticas administrativas em Internacionalização divulgadas nos sites

Práticas administrativas em internacionalização	IES que divulgaram	Quantidade
Grupos de pesquisa e grupos de estudos	FURG, UFSC, UFSCar e UFU	8
Grupos de pesquisa e extensão	UFF	1
Projeto de pesquisa em internacionalização	UFLA	1
Programa de internacionalização	UFLA	1
Total de práticas		11

Nota: Elaborado pelos autores.

Observou-se, durante a realização dessa pesquisa, que 10 das IES não divulgaram práticas administrativas em Internacionalização em seus sites institucionais, sendo que todas foram contempladas no CAPES/Print (2017), evidenciando a falta de divulgação das suas práticas em internacionalização e dos seus resultados, já que são financiados pelo referido programa. Porém, a não divulgação de tais práticas não quer dizer que nada foi feito sobre a temática nestas instituições, podendo simplesmente não ter sido ainda divulgada em seus sites, até o presente momento de realização desta pesquisa.

A Figura 4, a seguir, apresenta um mapeamento em ordem alfabética por IES, mostrando as 16 instituições das regiões Sul e Sudeste contempladas no programa CAPES-Print (2017), que publicaram em seus sites práticas administrativas em acessibilidade e em internacionalização.

Figura 4

Mapeamento das práticas administrativas em Acessibilidade e Internacionalização divulgadas nos 16 sites institucionais



Nota: Elaborado pelos autores.

Convém salientar que cinco instituições: UFF, UFLA, UFSC, UFSCar e UFU, divulgaram práticas administrativas tanto em acessibilidade quanto em internacionalização, durante a realização da pesquisa em seus sites institucionais.

Durante este estudo, chamaram a atenção as diferentes nomenclaturas dos planos institucionais de internacionalização das 16 IES analisadas, com nove denominações diferentes: 1) Plano Institucional de Internacionalização; 2) Plano de Internacionalização; 3) Planejamento Estratégico de Internacionalização; 4) Plano

Estratégico de Internacionalização; 5) Projeto Institucional de Internacionalização; 6) Projeto de Internacionalização; 7) Plano de Cooperação e Intercâmbio Internacionais; 8) Programa de Internacionalização; 9) Política Institucional de Internacionalização.

Considerações Finais

Este artigo apresentou um mapeamento das práticas administrativas referentes à acessibilidade e à internacionalização das 16 IES das regiões Sul e Sudeste contempladas com CAPES-PrInt (2017). Foram elas:

- 1. Quanto às práticas administrativas em Acessibilidade:** 14 instituições publicaram 1 ou mais práticas administrativas em acessibilidade. Dentre as 52 práticas mapeadas, tem-se: a) 18 grupos de pesquisa, nas seguintes IES: UFES, UFMG, UFPel, UFRGS, UFRJ, UFSC, UFSCar, UFU e UNIFESP; b) 13 projetos de extensão, nas IES: UFF, UFPel, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFSC e UFSM; c) 7 projetos de pesquisa, nas IES: UFLA e UFRJ; d) 4 programas de acessibilidade, nas IES: UFF, UFPR, UFSC e UFSM; e) 3 planos de acessibilidade, nas IES: UFES, UFF e UFPel; f) 2 políticas de acessibilidade, nas IES: UFF e UNIFESP; g) 2 grupos de trabalho, nas IES: UFSC e UFSCar; h) 2 laboratórios, sendo um 1 de segurança e ergonomia – LABSERG (UFPel) e 1 de tecnologias assistivas LAB-UPI (UFV); i) 1 fórum permanente, na UFRJ.
- 2. Quanto às práticas administrativas em internacionalização:** 6 instituições apresentaram como resultado 11 práticas mapeadas, sendo: a) 8 grupos de pesquisa e de estudos, nas IES: FURG, UFSC, UFSCar e UFU; b) 1 grupo de pesquisa e extensão, na UFF; c) 1 projeto de pesquisa sobre as evidências do Brasil na exportação de tecnologia e na internacionalização, na UFLA; e d) 1 Programa de Internacionalização do Ensino Superior: Acolhimento a Imigrantes, Multilinguismo e (Inter)culturalidade crítica, na UFLA.

Sintetizando as informações obtidas nos sites das 16 IES analisadas, sobre as suas práticas administrativas em Acessibilidade e Internacionalização, foi observado que: 1) 9 delas possuem práticas administrativas somente em acessibilidade (UFES, UFMG, UFPel, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFSM, UFV e UNIFESP); 2) outras 5 possuem práticas administrativas em ambas as temáticas (UFF, UFLA, UFSC, UFSCar e UFU); 3) 1 possui prática administrativa somente em internacionalização (FURG); 4) 1 não publicizou nenhuma prática administrativa em acessibilidade nem em internacionalização (UFABC).

Destaca-se, ainda, que nos sites institucionais de 10 das IES (UFABC, UFES, UFMG, UFPel, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFSM, UFV e UNIFESP) não foram encontradas divulgações de práticas em Internacionalização, o que chama a atenção, pois essas IES foram contempladas no CAPES-PrInt (2017), evidenciando a falta de divulgação das suas práticas em internacionalização e dos seus resultados, já que são financiados pelo referido programa. Notou-se que na amostra analisada, em nenhuma das 16 IES foram encontradas práticas administrativas que abordassem os temas acessibilidade e internacionalização em conjunto na mesma prática, revelando uma lacuna de práticas administrativas que possam abordar ambos os temas.

Cabe lembrar que acessibilidade e internacionalização constituem relevantes indicadores utilizados como critério de avaliação das IES (INEP, 2017), tanto nos cursos de graduação, cuja avaliação é realizada pelo SINAES,

quanto nos programas de pós-graduação, avaliados pela CAPES. A observância desses critérios auxilia as IES nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e no cadastramento e recadastramento institucional, podendo também apoiá-las na participação de editais de fomento, como o CAPES-PrInt.

Como limitação da pesquisa, constata-se que ainda é muito incipiente a publicação das práticas administrativas em acessibilidade e internacionalização nas IES, e alerta-se que a amostra se limita às regiões Sul e Sudeste. Assim, diante de tal limitação, pretende-se, em trabalhos futuros, ampliar e aprofundar a presente pesquisa englobando as outras 20 IES contempladas no CAPES-Print (2017), com a intenção de verificar se nas IES das outras regiões existem diferentes práticas administrativas em acessibilidade e internacionalização ou alguma correlação entre tais práticas.

Referências

- Botelho, R. O., Santos, A. B., Souza, P. C., & Lima, M. A. (2023). Apreciação crítica ao sistema nacional de avaliação da educação superior–SINAES. *International Journal of Scientific Management and Tourism*, 9(6), 3469-3488. <https://doi.org/10.55905/ijsmtv9n6-013>
- Baranzeli, C., Morosini, M. C., Woicolesco, V. (2020). “A chave está na troca” – estudantes de mobilidade como vetores da internacionalização em casa. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*. 25(53). 253–274. <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v25i53.1400>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2020). Programa Institucional de Internacionalização – PrInt. <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2017). Programa Institucional de Internacionalização – PrInt. Edital n. 41/2017. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrInt2.pdf>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2022b). Avaliação Quadrienal 2017-2020. <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2022a). PrInt abrange mais de mil instituições estrangeiras. <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/print-abrange-mais-de-mil-instituicoes-estrangeiras>
- Costa, M. S. C. (2022). Internacionalização do Ensino Superior e o Programa Capes-PrInt: uma análise dos projetos institucionais de internacionalização da UFRGS e FURG sob a ótica da internacionalização abrangente. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257579/001167342.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Dias, F. J., & Nunes, R. S. (2017). A internacionalização das universidades federais do sul do Brasil. XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Mar Del Plata, Argentina. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181006>
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (Org.). (2009). Métodos de pesquisa. UFRGS.
- Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. (2002). (4ª). Atlas.
- Gomes, O. D. F., Gomide, T. R., Gomes, M. A. D. N., Araujo, D. C. D., Martins, S., & Faroni, W. (2013). Sentidos e implicações da gestão universitária para os gestores universitários. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*. 6(4), p. 234-255. <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p234>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). PNE 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/>

[releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia#:~:text=A%20PNS%202019%20estimou%20em,9%20milh%C3%B5es%20em%20domic%C3%ADlios%20rurais](#)

- Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2017). Instrumento de Avaliação Institucional Externa presencial e a distância. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf
- Instituto Nacional de Estudos d Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2013). Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): Parte 1 – Avaliação de Cursos de Graduação. <https://prograd.ufc.br/wp-content/uploads/2013/11/referenciais-de-acessibilidade-inep-mec-2013.pdf>
- Instituto Nacional de Estudos d Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022). Censo da Educação 2021: Divulgação dos resultados. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf
- Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. (2004, 14 de abril). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm
- Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. (2015, 06 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Liska, M. G., Sales, M. B., Stallivieri, L. (2023). Internacionalização e Acessibilidade nas Universidades Federais das Regiões Sul e Sudeste do Brasil. XXII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Assunção, Paraguai. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/253892>
- Morosini, M. C. (2011). Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. Educação em revista, 27, 93-112. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000100005>
- Morosini, M. C., Woicolesco, V. G., Marcelino, J. M., & Hatsek, D. J. R. (2023). Estratégias de internacionalização de universidades brasileiras participantes do Programa Capes PrInt. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 31(82). <https://doi.org/10.14507/epaa.31.7886>
- Nascimento, P. T. (2008). O sentido objetivo da prática administrativa. Cadernos EBAPE.BR, 6(1), 01–17. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512008000100002>
- Sasaki, R. K. (2005). Inclusão: o paradigma do século 21. Inclusão: Revista da Educação Especial, 1(1), 19-23. https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/publi/revista_inclusao/revista_inclusao_01_mec_out2005.pdf
- Schlickmann, R. (2013). *Administração* Universitária: Desvendado o campo científico no Brasil. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103549>

- Silva, E. L. da. & Menezes, E. M. (2005). Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. (4ª). UFSC.
- Silva, J. E. O., Melo, P. A., Ramos, A. M., Amante, C. J., & da Silva, F. M. (2013). Contribuições do PDI e do planejamento estratégico na gestão de universidades federais. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 6(3), 269-287. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n3p269>
- Stallivieri, L. (2002). O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. *Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*. 24(48). 35-57. <https://www.crub.org.br/crub-disponibiliza-revista-da-educacao-brasileira-vol-24-n-48-e-49-2002/>
- Stallivieri, L. (2017). Compreendendo a internacionalização da educação superior. *Revista de Educação do Cogeime*. 26(50). 15-36. <https://www.metodista.br/revistas/revistascogeime/index.php/COGEIME/article/view/729>
- Stallivieri, L. (2018). A Relevância da Internacionalização para os Programas de Pós-Graduação. Conferência: A relevância da internacionalização para os programas de pós-graduação. <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.27036.80000>
- Teixeira, L. I. L., Soares, M. E., Oliveira Júnior, M. A. C. D., Barroso, E. D. S. S., & Rodrigues, M. D. S. D. S. (2021). Internacionalizar para quê? As razões de instituições públicas de ensino superior no Ceará. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*. 26. 800-821. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000300009>
-